



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

03 de maio de 2017

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>ESTADO</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>3</i> / 05 / 2017	Página <i>6</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Matões

MPMA solicita criação do Fundo para Infância e Adolescência

Em 19 de abril, o Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública contra o Município de Matões, solicitando, como medida liminar, a criação, no prazo de 60 dias, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), também conhecido como Fundo para Infância e Adolescência (FIA). A manifestação ministerial foi formulada pela promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira. Em caso de descumprimento, foi sugerida a cobrança de multa diária no valor de R\$ 1 mil. A Promotoria de Justiça da Comarca de Matões constatou que, mesmo após reiteradas solicitações da Promotoria, o Município permanece ignorando a obrigação de constituir e manter de forma regular o FIA.

O Fundo é previsto pelo ECA e deve ser instituído mediante lei municipal, sendo gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As ações e políticas públicas que atendem as demandas da infância e juventude devem ser providas pelo FIA. O MPMA constatou que o Município de Matões recorria ao Fundo Municipal de Assistência Social para supri-las.

Outro problema decorrente da inexistência do Fundo é a inviabilização do recebimento, pelo Município, dos recursos dos fundos Estadual e Federal, prejudicando a implementação de programas na área da infância e juventude.

“A inexistência dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente

inviabiliza a concretização do modelo de democracia participativa, pelo qual tanto lutou a sociedade brasileira, além de prejudicar o financiamento dos programas e atividades de atendimento”, enfatizou a promotora de justiça, na ação.

Para a representante do MPMA, a implementação do fundo beneficiará de forma significativa toda a população do município, inclusive as gerações futuras e, principalmente, as pessoas das camadas sociais de menor poder aquisitivo. “Através da criação, regulamentação e operacionalização do Fundo, será possível o financiamento dos programas de atendimento considerados prioritários pelo Conselho Municipal de Direitos, o que certamente contribuirá,

a médio e longo prazo, para a contenção e potencial reversão do processo de exclusão social e indigência infanto-juvenil”, completou Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira.

PEDIDOS

Para a implementação do FIA, o Município deve também enviar à Câmara Municipal, imediatamente, com pedido de urgência, projeto de lei dispendo sobre a criação do Fundo. Igualmente foi requerida a imediata suspensão do envio de qualquer ação decorrente do atendimento à área da infância e juventude ao Fundo Municipal de Assistência Social. Em caso de desobediência, o prefeito estará sujeito a penas previstas no ECA e no Decreto-Lei nº 201/67, que dispõe sobre crimes cometidos por prefeitos vereadores.

Barão de Grajaú

Justiça nega autorização para aborto de feto com anomalias

Sentença assinada pelo juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, titular da comarca de Barão de Grajaú, nega autorização para interrupção de gravidez (cinco meses) solicitada por L.M.C.S através do Ministério Público Estadual. Consta do pedido de autorização ter sido “atestado, por especialista, que o feto apresenta anomalias incompatíveis com a vida extrauterina, por estar acometido pela síndrome de Body-Salk, deformação óssea e ausência de cordão umbilical e o prognóstico

do feto é fatal”.

Segundo o processo, constitui um verdadeiro abalo psicológico para a mãe saber que o filho que espera não possui chance de sobrevivência, pelo que “a gestante almeja pôr fim em tal sofrimento, uma vez que a continuidade da gestação causará danos irreparáveis”. Discorrendo sobre o aspecto jurídico do pleito, o autor argumenta que “a gestante tem direito a optar pela antecipação terapêutica do pleito, em razão da vida extrauterina do feto ser absolutamente inviável”.

Para o órgão, no direito à saúde de que trata a Constituição “estão envolvidos a higidez e o bem-estar psíquicos da pessoa humana e é evidente que a causação desnecessária de angústia e sofrimento moral profundos à gestante têm o condão de comprometer sua saúde”.

CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS

Citando o Código Penal, o juiz ressalta que o artigo 128 autoriza a prática do aborto, “desde que realizado por médico, nas situações de aborto necessário e quando se tratar de gravidez resultante de estupro. A primeira hipótese permissiva (‘se não há outro meio de salvar a vida da gestante’) está facilmente afastada”, afirma o magistrado referindo-se a parecer médico anexado ao

processo relatando que “a paciente não apresenta risco de morte para ter o bebê com malformação incompatível com vida extrauterina”. Quanto à segunda possibilidade de autorização legal de aborto, o juiz destaca que em momento algum o processo afirma tratar-se de gravidez resultante de estupro.

David Meneses cita ainda a hipótese de autorização legal para aborto criada pelo Supremo Tribunal Federal - quando se tratar de feto anencéfalo - bem como decisão da 1ª Turma do STF que não configura como crime de aborto a interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre. E ressalta que a gravidez de L.M.C.S. “não se configura em nenhuma das circunstâncias excepcionais mencionadas”.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 3 / 05 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Imperatriz Firmado acordo para convocar 484 aprovados em concurso

O Ministério Público do Maranhão, o Ministério Público do Trabalho e o Município de Imperatriz firmaram acordo nesta quinta, 27, para convocar 484 aprovados no concurso realizado pelo Executivo municipal em 2012. O Município se comprometeu a convocar todos os aprovados, em ordem de classificação, no prazo de até 90 dias.

O acordo foi assinado pela titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Probidade Administrativa de Imperatriz, Nahyma Ribeiro Abas, pela procuradora do trabalho Renata Soraya Dantas, pelo procurador-geral do município, Rodrigo do Carmo Costa, e pelo secretário de Administração de Imperatriz, José Antônio Silva Pereira, em audiência presidida pela juíza do trabalho Márcia Andrea Farias. As 484 vagas são destinadas a 58 cargos públicos, dentre eles: 20 médicos em diversas especialidades, 64 enfermeiros, 117 professores, 33 magarefes, 21 merendeiros (zona rural), 24 operadores de estação e captação de tratamento de água (zona rural), 10 agentes de endemia, 25 auxiliares de magistério e 28 pedagogos (ambos os cargos também para a zona rural).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	03 / 05 / 2017	Página	03
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA solicita criação de fundo para menores

Prazo é de 60 dias para a criação do Fundo para Infância e Adolescência (FIA); em caso de descumprimento, foi sugerida multa diária de R\$ 1 mil

MATÕES

Em 19 de abril, o Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública contra o Município de Matões, solicitando, como medida liminar, a criação, no prazo de 60 dias, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), também conhecido como Fundo para Infância e Adolescência (FIA). A manifestação ministerial foi formulada pela promotora de Justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira.

Em caso de descumprimento, foi sugerida a cobrança de multa diária no valor de R\$ 1 mil.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Matões constatou que, mesmo após reiteradas solicitações da Promotoria, o Município permanece ignorando a obrigação de constituir e manter de forma regular o FIA. O Fundo é previsto pelo ECA e deve ser instituído mediante lei municipal, sendo gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As ações e políticas públicas que atendem as demandas da infância e juventude devem ser providas pelo FIA. O MPMA constatou que o

Município de Matões recorria ao Fundo Municipal de Assistência Social para supri-las.

Outro problema decorrente da inexistência do Fundo é a inviabilização do recebimento, pelo Município, dos recursos dos fundos Estadual e Federal, prejudicando a implementação de programas na área da infância e juventude.

“A inexistência dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do

Em caso de descumprimento, a multa é de R\$ 1 mil

Adolescente inviabiliza a concretização do modelo de democracia participativa, pelo qual tanto lutou a sociedade brasileira, além de prejudicar o financiamento dos programas e atividades de atendimento”, enfatizou a promotora de justiça, na ação.

Para a representante do MPMA, a implementação do fundo beneficiará de forma significativa toda a população do município, inclusive as gerações futuras e, principal-

mente, as pessoas das camadas sociais de menor poder aquisitivo. “Por meio da criação, regulamentação e operacionalização do fundo, será possível o financiamento dos programas de atendimento considerados prioritários pelo Conselho Municipal de Direitos, o que certamente contribuirá, a médio e longo prazo, para a contenção e potencial reversão do processo de exclusão social e indigência infanto-juvenil”, completou Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira.

Pedidos

Para a implementação do FIA, o Município deve também enviar à Câmara Municipal, imediatamente, com pedido de urgência, projeto de lei dispondo sobre a criação do Fundo.

Igualmente, foi requerida a imediata suspensão do envio de qualquer ação decorrente do atendimento à área da infância e juventude ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Em caso de desobediência, o prefeito estará sujeito a penas previstas no ECA e no Decreto-Lei nº 201/67, que dispõe sobre crimes cometidos por prefeitos e vereadores. ●

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros ACONTECEU
DATA 03 / 05 / 2017 Página 2		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa



Prevenção ao Femicídio

Governo e Ministério Público implantaram o projeto institucional "Ler, escrever e pensar – conscientizar para transformar" e implementar o Plano Estadual de Educação de forma transversal relativamente aos direitos das mulheres, como forma de prevenção ao feminicídio.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ACONTECEU	
DATA	03 / 05 / 2017	Página	2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Justiça nega aborto de feto com anomalias

Sentença assinada pelo juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, titular da comarca de Barão de Grajaú, nega autorização para interrupção de gravidez (cinco meses) solicitada por L.M.C.S através do Ministério Público Estadual. Consta do pedido de autorização ter sido "atestado, por especialista, que o feto apresenta anomalias incompatíveis com a vida extrauterina, por estar acometido pela síndrome de Body-Salk, deformação óssea e ausência de cordão umbilical e o prognóstico do feto é fatal". Segundo o processo, constitui um verdadeiro abalo psicológico para a mãe saber que o filho que espera não possui chance de sobrevivência, pelo que "a gestante almeja pôr fim em tal sofrimento, uma vez que a continuidade da gestação causará danos irreparáveis".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	03 / 05 / 2017	Página <input checked="" type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ao conceder habeas-corpus TRIBUNAL DE JUSTIÇA VÊ “EXCESSO ACUSATÓRIO” EM DENÚNCIA DO MP CONTRA DIRETORES DO INVISA

O Instituto Vida e Saúde (Invisa) manifestou-se, por meio do seu escritório de advocacia, sobre nota publicada essa semana no blog O INFORMANTE, do JP online, a respeito da prisão, no Rio de Janeiro, do seu diretor geral, Denner Ornellas Cortat, no dia 31 de março último. Denner Cortat virá nos próximos dias a São Luís para explicar ao secretário estadual de Saúde, Carlos Lula, as circunstâncias e motivos da prisão. Na nota, o Invisa revela trecho do despacho da justiça carioca que enxergou “excesso acusatório” na denúncia do Ministério Público. **PÁG. 3 [CT]**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ACONTECEU
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	03 / 05 / 2017 Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

• Qual foi o promotor que se preocupou 'todo' quando soube da aprovação, pela CCJ do Senado, da Lei do Abuso de Autoridade, principalmente dos artigos "acusar sem provas" e "apropriação indébita", atos comuns ao 'dito-cujo' não reprimidos pelo MPMA????!!

• Quem foi o personal de uma badalada academia, uma das mais caras da 'Grande Ilha', que a 'cara-metade' pegou num vídeo sendo 'traçado' por um 'concorrente'????!!



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 03 / 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Soluções para o conflito indígena

Durante reunião com órgãos e instituições para discutir situação dos indígenas de Viana e Matinha, governo do estado sinalizou intervenção financeira para demarcação de terras

Representantes de órgãos estaduais e federais estiveram reunidos na tarde de ontem (2) com o secretário de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, para debater sobre o conflito ocorrido no último domingo (30), envolvendo o povo Gamela e posseiros, moradores e proprietários de terras e produtores do município de Viana e Matinha.

O objetivo da reunião foi analisar e buscar soluções efetivas para o caso. "É preciso que se verifique todo o contexto da situação. A Ouvidoria da Sedihpop esteve junto aos feridos transferidos para São Luís e realizou escuta de todos eles. Neste momento, está no município de Viana para ouvir todos os atores envolvidos no

processo, e, a partir de um ponto de vista mais amplo, poderemos encontrar a melhor solução para essa problemática", declarou Francisco Gonçalves.

O estudo de identificação e demarcação de terras indígenas é responsabilidade do governo federal, realizado através da Fundação Nacional do Índio (Funai). No atual cenário, a Funai, autarquia federal com totais poderes para executar o plano de verificação quanto a territórios, alega que não possui recursos financeiros para a realização do estudo. Na iniciativa de resolver a demanda apresentada e que motivou ações violentas, o secretário Francisco Gonçalves reafirmou durante a reunião o compromisso e preocupação do governo do estado em en-

O governo do Maranhão por meio da mediação irá colaborar com aporte de recursos para a Funai, para que ela possa cumprir o seu papel constitucional e obrigatório. E ainda ampliará a segurança na área para garantir a ordem pública, e evitar que haja novas situações de violência

Francisco Gonçalves, secretário de Direitos Humanos e Participação Popular

contrar uma solução definitiva para o conflito. "O governo do Maranhão, por meio da mediação, irá colaborar com aporte de recursos para a Funai, para que ela possa cumprir o seu papel

constitucional e obrigatório. E ainda ampliará a segurança na área para garantir a ordem pública, e evitar que haja novas situações de violência", disse o secretário.

A representante da Funai, Daianne Veras, sinalizou como positiva a intervenção financeira do estado. "Através da parceria com o governo do estado será possível acelerar os trâmites para construir os grupos de trabalho para irem ao município de Viana realizar os estudos de identificação e demarcação. As equipes da Funai também já estão no local para acompanhar as comunidades até que a se situação se resolva", comentou Daianne Veras, representante da Funai.

O delegado da Polícia Civil, Jalingson Alan Freire, afirmou o compromisso das polícias Civil e Militar para garantir a solução do caso. "Trabalhamos nessa ocorrência de forma isenta para garantir a responsabilidade de ambos os envolvidos, as

polícias Civil e Militar estarão presentes no local por tempo indeterminado para garantir a paz na região". Os inquéritos policiais sobre o caso já foram abertos para se apurar e solucionar os fatos.

Estiveram presentes na reunião os representantes da Funai, Cláudio Henrique, Daianne Veras, Francisca Sousa; Gidiano Damasceno, da Defensoria Pública da União; major Trinta Junior, da Polícia Militar, Jean Carlos Nunes, da Defensoria Pública do Estado; Elias Pereira, da Ouvidoria da Sedihpop; Júlio Guterres, da Comissão Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (Coepl); Francisco das Chagas, da assessoria indígena da Sedihpop; e o delegado da Polícia Civil, Jalingson Alan Freire.

Área foi doada na época do Império.....

ESAU ARAÚJO

Ainda ontem pela manhã, entidades, grupos independentes, movimentos estudantis e as vítimas do massacre se reuniram na Ordem de Advogados do Brasil (OAB), junto ao presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Rafael Silva, para buscar providências para as terras desse povo e justiça aos índios que foram vítimas do ataque por posseiros de terras no último domingo. O grupo indígena ainda cobra que a Fundação Nacional do Índio (Funai) abra processo para demarcação do território.

No ano de 2015, os índios

gamelas tomaram duas fazendas e um sítio às margens da MA-014, entre Viana (MA), Matinha (MA) e Penalva (MA). Segundo a representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Rosimary Dias Santos, esse não é o primeiro massacre a índios no estado do Maranhão. "No ano passado, sete indígenas da tribo Guajajaras foram mortos por massacre de fazendeiros na região de Barra do Corda. Nos anos 50, o povo Gamela chegou a ser considerado extinto pelo estado brasileiro. Hoje, esse povo sofre apenas por reivindicar terras que são de seus direitos", disse Rosimary Santos.

Segundo Sandra Araújo dos Santos, representante da Comissão Pastoral da Terra, a área de 14 mil hectares reivindicada foi concedida aos gamelas pela Coroa ainda no período colonial, no ano de 1759. Em função da colonização, das invasões e da grilagem, os índios foram progressivamente expulsos de suas terras. "Nesse ataque, cinco pessoas ficaram gravemente feridas, outras dez ficaram com sequelas, dentre elas, duas crianças. Procuramos a Funai várias vezes, porém, ela afirma que está sem recursos para essas demandas, mas enquanto responsáveis desse povo, nós iremos buscar até o fim pela a

legalização das terras dos Gamelas".

Ela ainda relatou que essa tribo indígena é tratada com desprezo e descaso pela sociedade. "Tanto proprietários de terra, moradores e representantes políticos chegam a tratar o povo gamela como 'pseudos indígenas'", concluiu.

Índios continuam internados

Ao todo cinco pessoas sofreram sérias agressões dos proprietários de terras. Segundo a Psicóloga e Presidente da Comissão dos Direitos Humanos do Conselho de Psicologia

do Maranhão, Daiane Bentivi, dois deles já receberam alta e três permanecem internados. "Permanece internado Aldely de Jesus Ribeiro, José Ribamar Mendes, José André Ribeiro. O senhor Francisco Jansen da Luz e Inaldo Serejo receberam alta. Os demais encontram-se internados no Hospital Socorrão II". Ainda segundo ela, uma equipe de psicólogos será acionada para realizar escuta e atendimento às vítimas e familiares do massacre do povoado Bahia.

Segundo o advogado e presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Rafael Silva, esse caso não foi um conflito,

mas sim um massacre ao povo indígena. "O senhor Aldely de Jesus Ribeiro teve as duas mãos cortadas e os autores ainda tentaram cortar a golpes de facão o joelho do mesmo. O tipo de tentativa de execução foi tentado contra a vida do senhor José Ribamar Mendes, que teve uma das mãos cortadas e os joelhos golpeados a facão. Eu digo que isso é uma tentativa de esquartejamento, uma vez que os cortes feitos nas vítimas foram da mesma forma que são feitos para cortar animais", disse o advogado Rafael Silva.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 03/ 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Conflito gera investigação

Ataque ocorrido domingo no povoado Bahias, em Viana, suscitou investigação de diversos órgãos sobre a situação vivida pelos índios Gamelas na região

PATRICIA CUNHA

Desde o domingo, 30, os olhos do mundo estão voltados para Viana (localizada a 220 km de São Luís), cidade maranhense palco de um conflito no povoado Bahias onde, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA), 15 índios da etnia Gamela foram atacados por pistoleiros ligados aos fazendeiros locais. Destes, três permanecem em estado grave.

Desde ontem, representantes de órgãos governamentais, equipes das polícias Federal, Civil e Militar e demais lideranças ligadas às questões agrárias e populações indígenas estão em Viana para verificar in loco a situação e para evitar novos conflitos. Segundo a PF, serão realizadas investigações e trabalho de inteligência na região para fins de elucidação do ocorrido. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, ofereceu apoio à Secretaria de Segurança Pública, que, por sua vez, já instaurou inquérito para investigar o caso.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), um grupo de fazendeiros atacou o território e feriu 13 pessoas, mas, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), houve um "confronto" que deixou cinco feridos. Segundo Daiane Bentivi, psicóloga de presidente

de acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), houve um "confronto" que deixou cinco feridos. Segundo Daiane Bentivi, psicóloga de presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão, a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SE-DIHPOP) quer incluí-los no Programa de Proteção às Vítimas. De certo é que agora, depois do ocorrido, vai-se prestar atenção ao que acontece na área. A região é alvo de conflito agrário não é de hoje e o povo Gamela já havia sofrido ou-

360

conflitos por território no estado

HONORIO MOREIRA/IMPRESS



Dois dos índios que estavam internados tiveram alta e participaram de coletiva para contar o que houve na tarde de domingo, em Viana

O governo do Maranhão já havia sido avisado da situação conflituosa na região e do risco de acontecer um massacre. Preocupa-nos ainda o alto índice de violência contra os povos e comunidade tradicionais do Maranhão

Comissão Pastoral da Terra

três ataques, em 2015 e 2016. Segundo a CPT, há cerca de 360 conflitos por território no estado. Somente em 2016, foram registrados 196 episódios de violência, levando a 13 assassinatos e outras 72 ameaças de morte.

A CPT denuncia a situação como mais um ato brutal de violência contra a vida dos povos da terra. "O governo do Maranhão já havia sido avisado da situação conflituosa na região e do risco de acontecer um massacre. Preocupa-nos ainda o alto índice de violência contra os povos e comunidade tradicionais do Maranhão", alertou a CPT.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública informa que está averiguando o con-

2016

foram registrados 196 episódios de violência

flicto agrário. O ministro Osmar Serraglio enviou uma equipe da Polícia Federal para evitar novos conflitos e ofereceu apoio à Secretaria de Segurança Pública que, por sua vez, já instaurou inquérito para investigar o caso.

Reivindicação

Os índios da etnia Gamela reivindicam a posse de mais 14 mil hectares no interior do Maranhão. O grupo cobra que a Funda-

marcação. Desde 2014 é aguardada a demarcação. Agora, a Procuradoria da fundação será acionada para acompanhar a

mela reivindicam a posse de mais 14 mil hectares no interior do Maranhão. O grupo cobra que a Fundação Nacional do Índio (Funai) abra processo para demarcação do território. A área que passa pelos municípios de Viana, Matinha e Penalva atualmente é ocupada por fazendeiros e sitiantes. O conflito entre índios e proprietários de terra ganhou força em 2013. As primeiras ocupações dos índios começaram em 2015.

Em 2015, quando avaliava pedido de posse de terra do povo gamela, a Funai afirmava que a questão teria que ser avaliada.

Existe na região conflito que envolve questões técnicas e territoriais que está na justiça. No ano passado, o governo do estado solicitou à Funai informações sobre a de-

marcação. Desde 2014 é aguardada a demarcação. Agora, a Procuradoria da fundação será acionada para acompanhar as investigações. Procuradoria pela reportagem por diversas vezes, o representante do órgão, com sede na cidade de Imperatriz, não foi encontrado para falar sobre o assunto, mas, em nota publicada no dia do ataque, informou que a "Coordenação Regional de Imperatriz já está mobilizada, tomando todas as providências necessárias no caso. A procuradoria da Funai está em contato direto com o delegado do município de Viana, e nossos servidores acompanharão em loco o inquérito. Também será formado um comitê de crise com os diretores e o presidente da Funai para prestar toda a ajuda necessária aos feridos e garantir o cumprimento da lei", informa a nota.

Segurança aos indígenas

Temendo novos ataques, o Ministério Público Federal/MA pediu à PF que dê segurança aos indígenas atacados por pistoleiros em Viana (MA). O MPF quer também que a Fundação Nacional do Índio (Funai) se manifeste sobre as providências adotadas.

15

Número de vítimas do ataque

SAIBA MAIS

Entenda o caso

A ação ocorreu no domingo, 30, por volta das 17h, quando os índios deixavam uma área de 13 mil hectares

início ocorreu no domingo, 30, por volta das 17h, quando os índios deixavam uma área de 13 mil hectares retomadas por eles no último dia 28. Segundo Inaldo Serejo, vítima e membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA), eles identificaram que não era seguro ficar no local e recuaram, ficando apenas um grupo menor, que sofreu o ataque. Três indígenas ainda estão internados no hospital Socorrão 2: Aldely de Jesus Ribeiro, José Ribamar Mendes e José André Ribeiro. Os índios Francisco Jansen da Luz, Inaldo Serejo (estes dois tiveram alta) e Maria do Carmo, mãe de Inaldo, participaram da coletiva realizada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na manhã de ontem. Francisco está com uma bala alojada no crânio e deverá passar por procedimento cirúrgico. Inaldo levou um tiro de raspão.

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
(x) Pequeno	() Correo de Notícias	(x) Outros	CADERNO 2
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 3 / 05 / 2017	Página 2	() Gerada	() Espontânea () Positiva () Negativa

Em entrevista na OAB-MA

Entidades pedem regularização de área ocupada por Gamelas para evitar novos conflitos no MA

NELSON MELO

Numa entrevista coletiva, ontem, pela manhã, na sede da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), movimentos sociais debateram sobre o conflito que envolveu pequenos agricultores e integrantes da comunidade Gamela, na tarde deste domingo, 30, no povoado Baías, em Viana-MA. As entidades pediram insistentemente a regularização, junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), do território ocupado pelos Gamelas, para evitar novos incidentes, que as entidades classificaram como ataques. E reafirmaram que um dos indígenas teve as duas mãos decepadas durante o confronto. Essa informação, porém, foi negada pelo diretor técnico do Hospital Tarquínio Lopes Filho (Hospital Geral).



Aldelir de Jesus se recupera em leito do Hospital Geral, após cirurgia em suas mãos, que não foram decepadas

internacional, quando uma quantidade indefinida de homens munidos de armas de fogo, paus e facões invadiu um setor ocupado por povos tradicionais -, um gamela identificado como Aldelir de Jesus Ribeiro foi golpeado com arma branca nas duas mãos, que teriam sido cortadas (decepadas) de cima para baixo. Essa pessoa também teria sofrido cortes em um dos joelhos, gerando feridas profundas. Outro indígena, de nome José de Ribamar Mendes, de 46 anos, teria ficado com a mão direita dilacerada, levando, ainda, dois cortes nos joelhos. De acordo com o advogado, as partes do corpo foram cortadas de forma semelhante a um

Aldelir de Jesus se recupera em leito do Hospital Geral, após cirurgia em suas mãos, que não foram decepadas

internacional, quando uma quantidade indefinida de homens munidos de armas de fogo, paus e facões invadiu um setor ocupado por povos tradicionais -, um gamela identificado como Aldelir de Jesus Ribeiro foi golpeado com arma branca nas duas mãos, que teriam sido cortadas (decepadas) de cima para baixo. Essa pessoa também teria sofrido cortes em um dos joelhos, gerando feridas profundas. Outro indígena, de nome José de Ribamar Mendes, de 46 anos, teria ficado com a mão direita dilacerada, levando, ainda, dois cortes nos joelhos. De acordo com o advogado, as partes do corpo foram cortadas de forma semelhante a um

método cruel muito utilizado na Baixada Maranhense que consiste em esquarterar animais que invadem roças, servindo para abate. Além desses dois membros da comunidade indígena, outro, identificado como Jorge, igualmente saiu machucado, assim como Inaldo da Conceição Vieira Serejo, 43, ex-coordenador da Pastoral da Terra, que foi atingido com tiro de raspão na cabeça. Inaldo esteve na coletiva, com uma bandagem na cabeça devido ao ferimento que sofreu, e pediu providências à Funai quanto ao episódio, citando "interesses ruralistas" como uma das motivações para a invasão dos homens armados, que teriam sido

enviados por fazendeiros da região, que alegam ser proprietários das terras ocupadas pela comunidade Gamela. Ele comentou que o Estado ainda não reconheceu o território como sendo indígena, embora seja um direito, como mencionou, previsto na Constituição Federal (CF). Esse "direito ao território" também foi citado por Francisco Jansen Mendonça da Luz, 43, que teria sido baleado no rosto durante a invasão e estaria com dificuldades para falar por conta da penetração do projétil. O advogado Rafael Silva caracterizou o incidente como um "ataque organizado contra a existência dos gamelas". Ele relembrou que os indígenas

já vinham sofrendo diversas ameaças, sobretudo contra Inaldo Serejo, que apareceu em uma lista de pessoas a serem "eliminadas". À entrevista coletiva também compareceram representantes de movimentos e instituições como o Centro de Cultura Negra (CCN); Núcleo de Estudos da Reforma Agrária da Ufma; Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST); Sindicato dos Bancários do Maranhão (SEEB/MA); Conselho Regional de Psicologia (CRP); União da Juventude Socialista (UJS); Conselho Estadual de Direitos Humanos; Ifma, Campus Viana e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão. E ainda políticos, a exemplo dos deputados Wellington do Curso (PPS), Eliziane Gama (PPS) e Bira do Pindaré (PSB).

Jefferson Portela, também está no local para solucionar o impasse entre as partes envolvidas nos conflitos, para apaziguar a situação e coibir novos incidentes. O objetivo é identificar e localizar os envolvidos. Portela conversou com agricultores e outros membros da comunidade, ouvindo deles as dificuldades por que passam diariamente com relação às ameaças de fazendeiros.

A DISPUTA TERRITORIAL

Segundo apurado pela reportagem do **Jornal Pequeno**, o embate entre gamelas e agricultores ocorre há pelo menos quatro anos, sendo que a Fundação Nacional do Índio teria iniciado apenas a primeira fase da regularização, que é a identificação, mas não teria dado prosseguimento ao

ataques, e reafirmaram que um dos indígenas teve as duas mãos decepadas durante o confronto. Essa informação, porém, foi negada pelo diretor técnico do Hospital Tarquínio Lopes Filho (Hospital Geral), Newton Gripp. Segundo Gripp, o gamela Aldelir de Jesus Ribeiro, de 37 anos, sofreu lesões profundas nos pulsos por arma branca, mas as mãos não foram decepadas. Durante a coletiva, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rafael Silva, expressou urgência na identificação e demarcação do território indígena na comunidade. O mesmo pedido foi feito pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que citou situações similares de violência registradas contra os Tupinambás, na Bahia, e os Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso. A entidade Carítas Brasileira, vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também enfatizou a regularização das terras reivindicadas pelos gamelas, condenando o "ataque" de domingo, tido como a "queda de valores civilizatórios e a prevalência da barbárie na resolução de conflitos". Sobre o confronto, Rafael Silva contou que, durante a "tentativa de massacre" - como ele definiu o episódio, que ganhou repercussão

ainda políticos, a exemplo dos deputados Wellington do Curso (PPS), Eliziane Gama (PPS) e Bira do Pindaré (PSB).

O CASO

Na tarde de domingo, conforme relatado na OAB-MA, dezenas de homens armados cercaram membros da comunidade Gamela, em uma área de constantes conflitos territoriais, e os atacaram com tiros, pauladas e golpes de facão. Do total de feridos, segundo os participantes da coletiva, havia quatro mulheres, sendo que cinco foram transferidos para a capital, depois para o Socorrão 2, na Cidade Operária, e posteriormente removidos para o Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho. Dos cinco hospitalizados, dois receberam alta ontem: Inaldo Serejo e Francisco Jansen. O confronto teria começado logo após a retomada de áreas rurais pelos gamelas, na semana passada, revoltando produtores que atuam na região, que queriam as terras de volta. Após o ataque, o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, enviou uma equipe da Polícia Federal (PF) ao território onde aconteceu o conflito armado, a fim de evitar novos incidentes. Uma equipe da Secretaria da Segurança Pública (SSP), comandada pelo secretário

iniciado apenas a primeira fase da regularização, que é a identificação, mas não teria dado prosseguimento ao processo. Em nota, a Funai, por meio de sua Coordenação Regional de Imperatriz, disse que já está mobilizada e tomando todas as providências necessárias no caso. A procuradoria da Fundação, segundo o texto divulgado, está em contato constante com o delegado do município de Viana, "e nossos servidores acompanharão in loco o inquérito. Um comitê de crise foi anunciado para ser criado com os diretores e o presidente da Funai para prestar toda a ajuda necessária aos feridos e garantir o cumprimento da lei", ressaltou.

PF ENVIA EQUIPES

Por meio de nota, a Polícia Federal no Maranhão informou que em relação à situação de suposto conflito entre os índios da etnia Gamela e um grupo de pistoleiros ligados a fazendeiros locais, no município de Viana, interior do Maranhão, foram enviadas duas equipes de policiais federais, que atuarão em parceria com a Polícia Civil e Polícia Militar maranhenses. E ainda que serão realizadas investigações, e trabalho de inteligência na região para fins de elucidação do ocorrido.



Entrevista coletiva, na sede da OAB-MA, na qual entidades repassaram as providências adotadas em defesa dos Gamelas

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 3 / 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Cimi e CPT difundiram versão falsa sobre 'mãos decepadas' em conflito de Viana

Entidades foram desmentidas por notas do governo, postagem do governador e entrevista de diretor do Hospital Geral

OSWALDO VIVIANI

Integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – entidades que têm um histórico de seriedade e credibilidade na luta ao lado dos povos do campo – foram responsáveis, nos últimos dias, por difundir a versão falsa de que “13 feridos ou mais e ao menos dois deles com as mãos decepadas” seria o resultado do conflito de repercussão nacional envolvendo pequenos agricultores e autodenominados “índios gamelas”, no povoado Baías, em Viana (a 219 km de São Luís). A falsa versão foi espalhada por representantes do Cimi e da CPT – primeiras entidades a ter acesso a informações sobre o conflito – não só na imprensa maranhense, mas também em entrevistas e notas enviadas à imprensa nacional. No entanto, já na segunda-feira (1º), com maior acesso da imprensa a outras fontes que não as duas entidades, os fatos ocorridos em Viana começaram a ser melhor apurados e esclarecidos, com informações que desmentiam o Cimi e a CPT. O governo do Maranhão e a Secretaria Estadual de Saúde (SES) lançaram notas informando o saldo de sete feridos no confronto – cinco pretensos “índios” e dois agricultores. Cinco feridos, trazidos de Viana para São Luís, foram identificados como: Aldenir de Jesus Ribeiro, 37 anos (ferimentos com arma branca nos antebraços, apresentando fratura externa (exposta) e também ferimentos por arma de fogo no tórax direito com fratura de costela); José André Ribeiro,

45 (trauma craniano por agressão física); José Ribamar Mendes, 46 (fratura exposta, em recuperação e tratamento pós-cirúrgico); Francisco Jansen Mendonça da Luz, 43 (agressão física); Elnaldo da Conceição Vieira Serejo, 43 (ferimento por arma de fogo). Os feridos foram recebidos no Hospital Municipal Dr. Clementino Moura (Socorrão 2). Francisco Jansen e Inaldo Serejo logo receberam alta, enquanto Aldenir (em estado mais grave), José André e José Ribamar foram transferidos para o Hospital Tarquínio Lopes (Hospital Geral). “Nenhum dos feridos teve as mãos decepadas”, afirmou o governo, assim como a SES. Ontem (2), o governador Flávio Dino, pelas redes sociais, reafirmou a ausência de feridos “com mãos decepadas” (“Até agora foram identificadas sete vítimas de violência, atendidos em hospitais. Ainda não foi localizada nenhuma com mãos decepadas”). Da mesma forma, a versão foi negada pelo diretor técnico do Hospital Geral, Newton Gripp, em entrevista ao Jornal Hoje (Rede Globo).

PF NO MARANHÃO

A Superintendência da Polícia Federal no Maranhão informou ontem (2), por meio de nota, que, em relação à situação de conflito entre gamelas e agricultores locais, no município de Viana, “foram enviadas ao local duas equipes de policiais federais, que atuarão em parceria com a Polícia Civil e Polícia Militar do Maranhão”. “Serão realizadas investigações, e trabalho de inteligência na região para fins de elucidação do

ocorrido”, informou a PF.

FUNAI

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Antônio da Costa, afirmou ontem (2), em Brasília, que um corte de 44% no orçamento do órgão, “mão de obra escassa” e grande volume de processos impossibilitam o acompanhamento de todos os pedidos de demarcação de terras indígenas protocolados no órgão. Segundo ele, o ataque aos gamelas no último domingo (30), no município de Viana, em razão de disputa de terras, “fugiu ao controle”.

Os gamelas reivindicam a posse de uma área de mais de 14 mil hectares na região, incrustada em três municípios – Viana, Penalva e Matinha. O grupo cobra que a Funai abra processo para demarcação do território. Diante da repercussão do caso, o presidente da Funai afirmou que enviou servidores do órgão ao Maranhão para acompanhar as investigações. Ele relatou ainda que tomou providências jurídicas para que a Procuradoria da Fundação monitore o inquérito policial que apura o caso.

“Esse processo [de demarcação de terras no município de Viana] é novo e entrou na Funai em 2016. Faz parte de um rol de vários processos de demarcação de terras, que, devido à quantidade de processos que a Funai tem e à mão de obra escassa, impossibilita a instituição o acompanhamento de todas as solicitações”, justificou o presidente da Funai. “O que estamos pensando é que esse problema é da Funai, mas temos que envolver também o governo do Estado, a prefeitura [de Viana] e estado brasileiro para que esse processo não caia só sobre o ombro da Funai”, complementou Costa.

A Funai concluiria ontem (2)

um relatório com detalhes do ataque aos gamelas no Maranhão. Conforme o dirigente, o documento vai expor “uma realidade do que ocorreu e está acontecendo” no município maranhense.

COMITÊ DE CRISE

A fundação também informou que iria montar um “comitê de crise” para lidar com os desdobramentos dos atos de violência ocorridos em Viana.

“A Coordenação Regional de Imperatriz [da Funai] já está mobilizada tomando todas as providências necessárias no caso”, declarou a autarquia, por meio de sua assessoria de Comunicação. “A procuradoria da Funai está em contato direto com o delegado do município de Viana e nossos servidores acompanharão in loco o inquérito”, informou a fundação, que é vinculada ao Ministério da Justiça.

DINO DIZ QUE PAGA

O governador Flávio Dino afirmou estar disposto a pagar os custos – que são de responsabilidade do governo federal – para viabilizar o estudo sobre a demarcação das terras que são reivindicadas pelo povo gamela. Em agosto de 2016, Dino encaminhou à Funai documento oficial sobre os gamelas, pedindo providências. Em outubro do mesmo ano, a Funai respondeu que não poderia fazer o estudo, uma vez que “não tinha verbas”. “Eu me disponho a entrar com a verba. É uma situação muito difícil para a gente, porque é um caso que envolve centenas de pessoas de ambos os lados. Há pequenos proprietários, posseiros, indígenas. É uma situação social bastante complexa”, disse o governador em entrevista à Rádio Eldorado, de São Paulo.

(COM G1 E ESTADÃO ONLINE)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 3 / 05 / 2017	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Deputado solicita audiência pública para discutir a situação dos Gamela

O deputado estadual Bira do Pindaré (PSB) apresentou, ontem (2), requerimento em que solicita audiência pública para tratar a questão dos índios Gamela, vítimas de um ataque no último domingo (30), em Viana.

O parlamentar – que acompanhou a Coletiva de Imprensa e, em seguida, a audiência pública realizada na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB/MA) – classificou o episódio de “violência injustificável.”

“Não podemos permitir que a barbárie tome conta da sociedade brasileira. É preciso que o poder público tome as providências necessárias e responda essas questões para evitar que situações como essas se repitam ou se repliquem no Maranhão ou em qualquer parte do país.”

Flávio Dino diz que paga estudo sobre demarcação de terra se governo federal não cumprir a responsabilidade

O governador Flávio Dino afirmou estar disposto a pagar os custos – que são de responsabilidade do governo federal – para viabilizar o estudo sobre a demarcação de terras que hoje são reivindicadas pelo povo gamela. A disputa na região provocou um conflito que deixou feridos no povoado Bahias, na cidade de Viana, no último domingo. Em agosto de 2016, Dino encaminhou à Funai documento oficial sobre os gamela, pedindo providências. A Funai é uma fundação do governo federal. Em outubro do mesmo ano, a Funai respondeu que não poderia fazer o estudo, uma vez que não tinha verbas. A demarcação de terras indígenas é de responsabilidade do governo federal. Sem a demarcação, não é possível encontrar uma solução para a disputa de terras na região.

“Eu me disponho a entrar com a verba. É uma situação muito difícil para a gente, porque é um caso que envolve centenas de pessoas de ambos os lados. Há pequenos proprietários, posseiros, indígenas. É uma situação social bastante complexa”, disse o governador em entrevista à Rádio Eldorado, de São Paulo.

“Se o governo federal disser que não tem dinheiro para demarcar, eu me disponho a pagar. É uma coisa rara de acontecer, mas queremos que se esclareça a questão”, acrescentou.

Dino disse que “não pode o Governo do Estado ficar administrando uma questão que envolve uma competência que não é nossa. Se fosse, a gente iria lá e faria o estudo”. (COM O INFORMANTE)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	3 / 05 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página	12

Suspensão de recursos federais pode levar dois hospitais do MA a colapso

Portaria do Ministério da Saúde publicada na edição de hoje (2) do Diário Oficial da União (DOU) suspende a transferência de mais de R\$ 7,3 milhões de recursos federais de média e alta complexidade para dois hospitais do Maranhão – o Hospital São José de Ribamar, em Amarante (transferência suspensa de R\$ 558.450,00), e o Hospital Municipal de Imperatriz, o Socorrão (transferência suspensa de R\$ 6.763.450,00). Também foi suspensa a transferência de R\$ 7.532.980,96 que seria destinada à Secretaria Estadual de Saúde para serviços de tratamento intensivo

de Imperatriz. “Deduzimos que houve auditorias nas unidades hospitalares e o serviço foi desabilitado em consequência do resultado delas”, disse ao INFORMANTE o secretário estadual da Saúde Carlos Lula. De acordo com o secretário, o governo maranhense ainda vai tentar reverter, por meio de articulações políticas em Brasília, a portaria, que foi assinada em 28 de abril pelo ministro Ricardo Barros. Caso isso não ocorra, serviços médicos como a UTI pediátrica dos hospitais atingidos podem “entrar em colapso”, avaliou o secretário. (O INFORMANTE / JP ON LINE)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	03 / 05 / 2017	Página	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Perigo: crianças são transportadas em ônibus superlotados

Frota do transporte escolar que atende ao Residencial Ribeira é insuficiente e, com isso, estudantes são obrigados a se amontoar nos poucos que há para atendê-los

O artigo 10 da Lei de Diretrizes e Bases determina que os estados devem assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, enquanto municípios têm a mesma incumbência em relação às escolas da rede municipal. Essa determinação também está na Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003. Em São Luís, o serviço é garantido pelo Município a alunos da zona rural, mas, em algumas comunidades, os estudantes têm de utilizar ônibus superlotados, o que coloca em risco a sua segurança.

É o caso das crianças que moram no Residencial Ribeira. Entregue em maio de 2015 pela Prefeitura de São Luís, o empreendimento conta com 1.592 casas e 1.408 apartamentos, nos quais moram cerca de 11 mil pessoas. Não há escola no residencial. Por isso, as crianças precisam se deslocar para outros bairros para poder estudar.

Esse deslocamento é feito por meio do transporte disponibilizado pela Prefeitura, mas em condições que não respeitam os critérios de segurança estabelecidos por lei. Como o número de veículos disponibilizados é insuficiente para atender à comunidade, os alunos saem do Residencial Ribeira em ônibus superlotados. Muitas deles fazem o percurso em pé, correndo o risco de se machu-



Crianças se amontoam em ônibus escolar superlotado para ir do Residencial Ribeira para a escola

car, caso o condutor precise fazer alguma manobra brusca.

Em novembro de 2015, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) informou que até aquele período a gestão havia adquirido 62 novos veículos dotados de climatizadores, elevadores, assentos reservados para pessoas com deficiência e espaço para cadeiras de rodas. A secretaria comunicou ainda que o serviço de transporte escolar beneficiava mais de 4.500 estudantes da zona rural de São Luís, sendo composto por uma frota de 74 ônibus e micro-ônibus e uma lancha.

Mas as crianças não precisa-

riam se arriscar em ônibus superlotados se a Prefeitura de São Luís tivesse concluído toda a obra do Residencial Ribeira. Quando da entrega dos imóveis, o prefeito Edvaldo Holanda Junior (PDT) informou que o Residencial Ribeira dispunha de infraestrutura completa de pavimentação, rede de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, sistema de drenagem e disponibilidade de transporte público. Além desses serviços, foi anunciada a construção de escolas, creches, quadra poliesportiva, praças e posto policial, entre outros equipamentos urbanos que não passaram da promessa.

As obras da escola municipal chegaram a ser iniciadas, mas nunca foram concluídas. Por causa disso, os moradores do residencial fizeram um protesto na manhã de ontem, interditando a BR-135 com galhos e pneus, que foram queimados. Por causa da manifestação o tráfego ficou parado nos dois sentidos da rodovia federal. O trânsito foi liberado por volta das 9h.

O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís, mas até o fechamento desta edição a Semed não se pronunciou sobre o problema do transporte escolar no Residencial Ribeira. ●

Fotos/Direção/Douglas Pinto



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
DATA 03 / 05 / 2017 Página 3		<input type="checkbox"/> Outros
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Vias ficam alagadas com chuva intensa

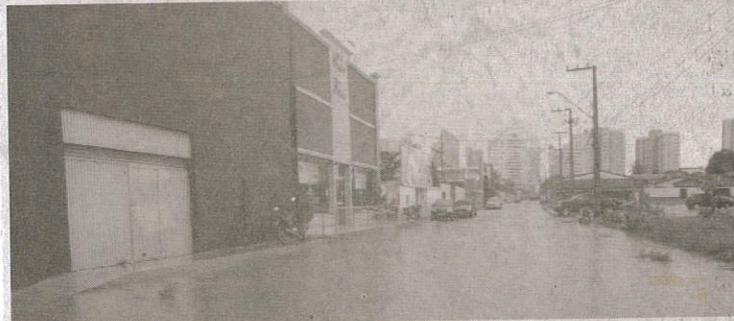
A chuva que caiu por mais de uma hora no início da tarde de ontem, na capital maranhense, causou vários pontos de inundação em vias. Além disso, os constantes raios deixaram a população sobressaltada, principalmente devido aos riscos de acidentes e quedas de energia. Até o fechamento desta edição, nenhuma ocorrência mais grave envolvendo raios foi registrada.

Na Avenida Senador Vitorino Freire, foram vistos pelo menos três pontos de alagamento, sendo um em frente ao Banco do Brasil, o outro a poucos metros da sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o terceiro ao lado do Ministério Público Federal (MPF). O grande volume de chu-

va foi suficiente para deixar o trecho com grande acúmulo de água. Os motoristas foram obrigados, nestes trechos, a diminuir a velocidade dos veículos.

Na Rua dos Maçaricos, Ponta do Farol, um restaurante ficou "ilhado", devido ao excesso de água. Mesmo após duras horas do término da chuva, o local ainda estava inundado. O mesmo aconteceu em outros trechos da Avenida Mário Meirelles, na Lagoa da Jansen.

Em outros pontos da cidade, como Cidade Operária, Cidade Olímpica e São Cristóvão, várias vias também ficaram inundadas. Por sorte, em boa parte delas a água não conseguiu entrar nas residências.



Rua dos Maçaricos, na Ponta do Farol, também ficou alagada

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 03 / 05 / 2017 Página 12		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

PM é ferido em tentativa de assalto na Cidade Olímpica

LUCIENE VIEIRA

DIVULGAÇÃO/6ºBPM

Um sargento da Polícia Militar da reserva remunerada foi baleado por volta das 6h de ontem (29), durante uma tentativa de assalto, na Avenida Dois, na Cidade Olímpica. O crime foi cometido por dois suspeitos em uma moto; um bandido foi baleado no abdômen e morreu, enquanto o outro levou tiro no braço.

O sargento, identificado como Benedito da Conceição Moraes Meireles, também foi baleado no abdômen e encaminhado para o Hospital do Servidor. O suspeito, identificado como Claudio Filho Alves de Sousa, de 25 anos, foi preso e encaminhado à Delegacia da Cidade Operária (Decop). De acordo com informações do comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM), tenente-coronel Aritanã Lisboa, Benedito da Conceição era policial aposentado, estava próximo a um frigorífico, quando foi



Claudio Filho Alves de Sousa foi atingido no braço e capturado em sua residência

abordado pela dupla de assaltantes.

O sargento reagiu e houve troca de tiros. "O policial foi atingido na região do abdômen e os dois suspeitos baleados por ele. Quando chegamos ao local, o assaltante que morreu ainda estava com vida, mas, gravemente ferido, não resistiu. Enquanto o seu comparsa, mesmo ferido, se evadiu do local", informou Aritanã Lisboa.

Conforme o comandante do 6º BPM, a polícia fez buscas na região para capturar Claudio Filho Alves, que estava na sua residência, localizada na Rua 9, quadra 103, casa 8, da Cidade Olímpica. Com Claudio Filho Alves, a polícia encontrou um revólver calibre 38 utilizado no crime.

O suspeito foi conduzido ao Hospital Municipal Clementino Moura (Socorrão 2), para procedimentos de emergência e, em seguida, apresentado no Plantão da Decop, onde foi autuado em flagrante, por roubo majorado pelo emprego de arma.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 03 / 05 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Suspeitos de cometerem assaltos são perseguidos e mortos no Apeadouro

Uma perseguição terminou com quatro homens executados; três deles suspeitos de cometerem uma série de assaltos em São Luís, além do taxista identificado apenas pelo nome de Kevin. O caso aconteceu na noite de sexta-feira (28), no Apeadouro, próximo a uma academia de musculação, na Avenida dos Franceses. De acordo com informações da polícia, os criminosos realizaram assaltos no Bairro de Fátima, e foram perseguidos por uma das vítimas de assalto, que estava em uma Toyota Hilux de cor prata, até o Apeadouro. Nas proximidades da academia de musculação, o táxi capotou e foi crivado de balas por quem estava na caminhonete. Todos os ocupantes do

táxi, inclusive o motorista Kevin, foram atingidos pelos disparos e morreram de forma instantânea. Familiares do taxista, além de homens da Polícia Militar e técnicos do Instituto Médico Legal (IML) estiveram no local. Houve rumores de que Kevin estivesse sido sequestrado pelos assaltantes e preso no porta-malas. No entanto, o IML teria confirmado que o taxista estava na direção veículo. Ainda, um cinegrafista profissional, que preferiu não se identificar, mas esteve no local da ocorrência, disse ter conversado com um primo do taxista: Kelvin estaria com problemas financeiros, e procurava emprego, sendo possível, que ele aceitou dirigir para os supostos assaltantes.



O taxista foi assassinado na noite de sexta-feira (28)

DIVULGAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 3 / 05 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ação da Seic desarticula quadrilha de assaltantes em cidade do Piauí

Divulgação/PC

O bando estava sendo monitorado por policiais maranhenses fazia duas semanas, em Timon, até serem presos na cidade piauiense

LUCIENE VIEIRA

Em uma operação da Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), com o apoio das forças policiais do Piauí, na madrugada de ontem (2), foi interceptado em Canto do Buriti (PI) um bando que pretendia assaltar a agência da Caixa Econômica daquela cidade. Houve confronto entre policiais e assaltantes, resultando na morte de um dos criminosos e na prisão de todos os outros, num total de cinco; sendo que três deles são maranhenses.

Inicialmente, de acordo com o titular da Seic, o delegado Tiago Bardal, o Departamento de Roubos a Bancos já estava investigando a quadrilha há 15 dias, em Timon, pois o bando estaria se preparando para realizar mais um assalto naquela região. Na noite de segunda-feira (1º), conforme o delegado, os criminosos começaram a se movimentar sentido a Canto do Buriti, com objetivo de assaltar a agência da Caixa Econômica. Eles teriam chegado à cidade pela madrugada, por volta das 4h, e cometeriam o assalto nas horas seguintes. “Quando eles saíram de Timon, passamos as características dos veículos que eles ocupavam à Polícia Civil do Piauí, por meio da Greco, e à Polícia Militar, por meio do Batalhão de Operações Especiais”, informou Tiago Bardal, acrescentando que ao interceptar os automóveis, os policiais trocaram tiros com os criminosos, e um assaltante morreu, enquanto



Quatro dos cinco assaltantes de banco capturados na cidade piauiense

os outros cinco foram capturados.

O assaltante morto, conforme informações do secretário de Segurança do Piauí (divulgadas na imprensa) era Oberlandio Pereira Próspero, conhecido por “Obê”, e era o mentor da quadrilha, tendo sido preso em 2015 pela mesma prática criminosa. O “olheiro” do bando, Cícero Tavares da Silva, residia na cidade de Canto do Buriti, e Lucas Pontes Silva, na capital piauiense, Teresina.

Do Maranhão, os assaltantes são Wellington Abreu de Lima e Maycon Pereira Sousa, ambos do Parque Alvorada, em Timon; e Gilmar da Silva Pinto, da cidade de Pedreiras.

Com a quadrilha, segundo o delegado Tiago Bardal, foram apreendidas armas calibre .12; colete balístico, e os veículos, sendo um deles a S10 roubada durante um assalto à residência, há aproximadamente 20 dias, em Caxias, no Maranhão.

Ainda, conforme Bardal, a ação que seria realizada pelo bando é classificada como “Novo

Cangaço”, quando os criminosos sítiam a cidade, usam reféns como “escudo humano” e atiram contra as unidades policiais da região. “Eles iam esperar a agência abrir, e por volta das 11h de hoje (ontem), os suspeitos entrariam no estabelecimento, renderiam os clientes e funcionários, e depois fugiriam pela zona rural da cidade”, detalhou Bardal.

SEGUNDA FASE

Depois da prisão dos criminosos, Tiago Bardal afirmou que está sendo iniciada a segunda fase das investigações, para saber quais e quantos assaltos o bando praticou nos dois estados, Maranhão e Piauí. Em Canto do Buriti, segundo o delegado, a quadrilha tinha uma casa de apoio, cujo endereço e os frequentadores do imóvel também são alvo de investigação. Os quadrilheiros foram levados a Teresina, onde devem permanecer detidos. Eles foram atuados por porte ilegal de arma de fogo e organização criminosa.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	3 / 05 / 2017	Página	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Feriadão do Trabalhador registra nove assassinatos na região metropolitana

Nove corpos foram encaminhados ao Instituto Médico Legal (IML), da noite de sexta-feira (28) a segunda-feira (1º), Dia do Trabalho. Uma das ocorrências foi um latrocínio, roubo seguido de morte; outras três homicídios, sendo mais quatro mortes em confronto com a polícia, conforme os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP). Foram oito com uso de arma de fogo e uma com arma branca. E, sete aconteceram em São Luís, enquanto uma foi registrada em São José de Ribamar, e outra em Paço do Lumiar.

Na madrugada de segunda-feira (1º), Alan Claudio Pereira Cardoso, de 28 anos, foi assassinado com arma de fogo, no Anil, por volta das 2h. No domingo (30), uma das mortes registradas foi a de Adelson Bezerra da Silva, 35, vítima de arma de fogo, na região de Novo Paço, em Paço do Lumiar. No fim da noite de domingo, por volta das 23h, a segunda vítima de homicídio na Grande São Luís foi um adolescente de 17 anos, assassinado no Cohatrac 4, bairro da capital maranhense.

No sábado (29), uma das mortes registradas foi a de Genésio Fonseca Costa, 31, vítima de arma branca, na região da Trizidela da Maioba, em São José de Ribamar. Ele foi vítima de arma branca, por volta de 5h40. A outra morte no sábado foi a de um jovem identificado como Rafael da Conceição Mendes, 25. Ele foi morto com disparos de arma de fogo, durante confronto com a polícia, no bairro Cidade Olímpica. Rafael da Conceição ainda teria sido socorrido e encaminhado para o Hospital Municipal Clementino Moura (Sócorrão 2), mas morreu na unidade de saúde.

Na noite de sexta-feira (28), por volta das 21h, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública, Ramilson da Silva Araújo, de 29 anos; o taxista Kervy Sousa Cutrim, 26; um adolescente de 16 anos, e Marques Mesquita, 18, foram assassinados, durante uma perseguição policial, ocorrida no Apeadouro, eles foram acusados de hora antes terem realizados assaltos pela cidade. Ainda de acordo com as informações da SSP, os criminosos teriam assaltado quatro pessoas, no Bairro de Fátima. As vítimas informaram o caso para a polícia, e um policial, nome não revelado, morador dessa área, atendeu à diligência. Houve perseguição e o veículo em que os assaltantes estavam, ao chegar no Apeadouro, capotou. (LV)

Medidas de segurança reduzem homicídios na Grande São Luís

Em abril deste ano, houve redução de 13% dos registros de homicídios na Região Metropolitana de São Luís comparativamente com o mesmo período do ano passado. Foram registrados 40 casos em abril deste ano enquanto em abril de 2016 foram 46 registros. Se considerados os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) – homicídios, lesões corporais com morte e latrocínios, que são os roubos seguidos de morte –, a queda foi de 19%. Foram 41 ocorrências este ano e 51 no ano passado.

Considerando o primeiro quadrimestre deste ano, os registros de CVLIs caíram 29%, no comparativo com o mesmo período de 2014. A queda destes casos se mantém, desde o primeiro ano da gestão do governador Flávio Dino, em 2015. Enquanto em 2014, os CVLIs somaram 324 casos no primeiro quadrimestre, esses crimes reduziram para 317 em 2015; em 2016, caíram para 264; e este ano, em 2017, foram registrados 230 casos nos quatro primeiros meses.

O resultado é fruto da implantação de medidas da gestão estadual com fins a reestruturar a Segurança Pública. O foco dessas ações é o combate ao tráfico de drogas e aos roubos, crimes que, em geral, levam aos homicídios. Os avanços são significativos. Foram registrados 910 ocorrências de homicídios de janeiro a dezembro de 2014. A partir das ações iniciadas em 2015 para redução destes casos, os números mudaram consideravelmente. Os resultados foram percebidos já no primeiro ano de implantação dessas medidas, houve uma queda de 12% no número de mortes em 2015, foram 800 casos. O número caiu ainda mais em 2016, quando foram computados 693 homicídios, uma diminuição de 13,3%, em relação ao ano anterior. “É a própria gestão se superando, acertando em seu planejamento ao conter estes casos de maneira gradativa”, ressaltou o titular da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), delegado Leonardo Diniz.

Trio é preso com 70kg de maconha prensada, em Miranda do Norte

Felipe Brito de Melo, de 26 anos; Edemir Mesa dos Santos, 26; e Valdir de Santana Dias, 35, foram presos no domingo (30), com 70 quilos de maconha prensada, em Miranda do Norte. A droga estava em 61 tabletes, guardada no veículo Parati, e estaria sendo trazida de Minas Gerais para ser distribuída em São Luís.

De acordo com o delegado Carlos Alessandro, titular da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), no momento do flagrante, Valdir Dias dirigia a Parati, enquanto Felipe e Edemir estavam em um Corsa Sedan, dando apoio ao transporte do entorpecente. O delegado informou que a Polícia Civil localizou os suspeitos por meio de denúncia anônima. Os três traficantes



Trio capturado na cidade de Miranda do Norte, após denúncias feitas à Senarc

foram autuados em flagrante delito, pela prática de crime de

tráfico ilícito de drogas.

(LUCIENE VIEIRA)